

FOUCAULT: SEXUALIDADE E ESCOLA

Emanoel Luís Roque Soares

Percebo que os espaços escolares – onde se deveria enaltecer a todo custo o equilíbrio equânime, partindo de trocas de conhecimento entre saberes e experiências das diversas e diferentes culturas – vêm sendo utilizados como espaços onde mais acontecem a exclusão e a desqualificação dos diferentes; onde as questões ligadas à sexualidade ficam por trás de um discurso da heteronormatividade, que escolhe o que deve ou não deve ser falado ou ensinado sobre sexo. Por isso, neste texto, tratarei sobre as discussões acerca do conceito do “dispositivo” chamado sexualidade e tentarei, timidamente, tecer conjecturas sobre a atuação de docentes, entendendo que a escola deve ser um espaço de acolhida às diferenças, espaço de saber e poder, em que todos devem ser iguais sem a desconsideração das suas diferenças e ainda que este olhar de acolhimento deve, primeiramente, sempre partir do educador, visando a uma igualdade na diferença sem distorções ou distinções. É o próprio Foucault (1995, p. 244) que, entrevistado por Alain Grosrichard na *Microfísica do poder*, nos esclarece o significado de “dispositivo”:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente hegemônico que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Dessa forma, o dispositivo é mutante, e não homogêneo, podendo aparecer em maneira discursiva ou instrucional, podendo velar, mascarar, invisibilizar ou encobrir práticas, mudando sempre, conforme o surgimento de novos elementos históricos, agindo como controle de algo, seja sexo, loucura, prisões, hospitais, escolas, etc.

Segundo Foucault, é a partir da revolução industrial, para ser mais exato, entre os séculos XVIII e XIX, que a sexualidade vai ser encerrada no interior da casa sobre o controle do casal, que passa a ter apenas a função de reproduzir, e que se cala quanto à questão dos prazeres e diferenças sexuais. Molde-se, assim, um modelo heterossexual silencioso que detém a verdade e inventa normas, convertendo a fecundação em algo utilitário apenas à reprodução. Escondem-se os corpos e encobrem-se as atitudes, tornando-os estéreis e invisíveis e sujeitos a sanções quando expostos ou revelados.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurada não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Discussões sobre a sexualidade vão se calar principalmente na escola, embora existam nos livros didáticos e em outros recursos pedagógicos acerca da homossexualidade e outras modalidades sexuais, no entanto há um silenciamento ou uma deturpação nas escolas que tentam deixar invisíveis e/ou – o que é pior – classificar como doentes tanto os sujeitos homossexuais como suas práticas nesses espaços. Talvez esse silenciamento se dê pelo fato de vermos as crianças como assexuadas.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem, não têm sexo: boa razão para interdité-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem ver, nem saber. (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Nas sociedades modernas, diferentes das antigas, o importante não é o rei em sua posição central, mas as relações recíprocas dos súditos, pois o que faz uma classe permanecer no poder não é o rei no seu edifício único, e sim as sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social do palácio e do reino. Já na sociedade moderna, apresenta-se uma nova organização de poder moderno e sutil, o qual não é apenas violento ou repressivo, abrindo-se sempre alternativas.

No caso do dispositivo inventado chamado sexualidade, abrem-se suas exceções nos prostíbulos e nos consultórios de médicos psicanalistas; aparecem os lugares permissivos e lucrativos, pois, se fossem apenas proibitivos, os movimentos de libertação já teriam alcançado êxito. Esses movimentos desconhecem os mecanismos sutis de dominação, de poder que é produto do saber, de conhecimento que engendra poder, isto é, produz efeitos do poder.

O rendez-vous e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histeria – estes ‘outros vitorianos’, diria Stephen Marcus – parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alu-

dem para ordem das coisas que contam: as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Poder e saber são articulados na modernidade, dessa forma o poder torna-se positivo e produtivo economicamente; o poder cria objetos de saber, acumula informações e as utiliza. O humanismo moderno se engana ao estabelecer uma separação entre saber e poder, por isso é preciso cessar de sempre descrever os efeitos do poder como negativos; ele exclui, reprime, recalca, censura, discrimina, mascara, esconde. O poder produz o real, os domínios de objetos e os rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter revelam essa produção.

Na verdade, o conhecimento e as ciências nunca estão, portanto, acima ou separados do poder; não são transcendentem em relação a ele. A verdade não é desinteressada e neutra; fruto de uma pesquisa, ela é sempre interessada, direcionada pelo poder. O objeto genealógico de Foucault é escrever a história da produção da verdade no Ocidente, assim como Nietzsche na sua *Genealogia da moral*. Para ele, na nossa sociedade, estamos vivendo presos a discursos que funcionam como verdades, e esses discursos têm poderes específicos. Além de verdadeiros, esses discursos mudam constantemente, o que constitui um problema para o Ocidente. Dessa forma, a história da verdade é a mesma história do poder e dos discursos aceitos como verdadeiros. Para Foucault, tal história da verdade ainda está para ser escrita.

Para que compreendamos esse projeto genealógico, primeiro temos que entender que o saber está sempre engendrado ao poder e que é essa articulação a característica da sociedade moderna. Não interessa a Foucault uma teoria das

múltiplas formas do poder, pois isso seria a negação de uma unificação teórica. O que interessa ao Genealogista é a fragmentação desse poder, ou seja, a maneira como ele é exercido em cada tempo e setor da sociedade, por menor que seja. Interessam ao Genealogista as multiplicidades dos mecanismos de poder, as complexidades de seus efeitos, tornando possível a visualização do mecanismo. Sobre o dispositivo “sexualidade”, diz Foucault (2006, p. 133):

[...] Quanto ao mecanismo de sexualização, estes penetraram lentamente em tais camadas e, sem dúvida, em três etapas sucessivas. Primeiro em torno dos problemas da natalidade, quando se descobriu, no fim do século XVIII, que a arte de enganar a natureza não era privilégio dos cidadãos e dos devassos, sendo conhecida e praticada por aqueles a quem, por estarem eles mesmos bem próximos da natureza, deveria repugnar mais que aos outros. Em seguida, quando a organização da família ‘canônica’ pareceu, em torno da década de 1830, ser um instrumento de controle político e de regulamentação econômica indispensável para a sujeição do proletariado urbano: grande campanha para a ‘moralização das classes pobres’. Finalmente, quando se desenvolveu, no final do século XIX, o controle judiciário e médico das perversões, em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça. Pode-se dizer que então o dispositivo de ‘sexualidade’, elaborado de acordo com suas formas mais complexas e privilegiadas, difundiu-se no corpo social como um todo.

Conforme Foucault (2006), o termo “análítica do poder” designa uma análise que se ocupa com o nível “micro” do poder, com as redes de minúsculos poderes que se estendem sobre o social. Essa rede não parte de nenhum centro, logo o Estado, como macropoder central, não é importante para o Genealogista.

Assim, na genealogia, a compreensão do poder não se restringe à soberania do Estado e de seus aparelhos, ponto central de onde emanariam formas derivadas do poder. Para Foucault, a soberania do Estado e suas formas de leis ou sua unidade global de dominação são apenas formas terminais de poder. Desse modo, para se entender do poder, deve-se entendê-lo a partir de suas multiplicidades de correlações de forças imanentes ao domínio onde ele é exercido e como constituintes de suas organizações.

Devemos analisar os jogos, as lutas, os afrontamentos, que transformam, reforçam e invertem esses poderes, formando cadeias, redes ou sistemas, pois o contrário diz respeito às defasagens e às contradições que os isolam entre si, são estratégias que se originam na cristalização institucional dos aparelhos estatais, nas formulações das leis e nas hegemônias sociais, por isso as condições das possibilidades de poder não devem ser procuradas na existência primeira de um ponto central.

O poder está em toda parte, não porque engloba tudo, mas porque vem de todos os lugares; ele não é uma só instituição nem uma só estrutura, não é uma certa potência de alguns que sejam dotados, e sim é o nome dado a uma situação, uma estratégia complexa numa sociedade determinada em um determinado tempo, como, por exemplo, a inversão de valores do cristianismo:

Esta é a inversão de valores que o cristianismo provocou à sociedade atual, pois o justo, forte e corajoso deu lugar ao fraco, escravo, covarde e piedoso, de maneira que o homem moderno sinta vergonha de sua coragem e luta por uma vida melhor aqui na Terra, para que o homem fique apinhado e resignado à espera de um julgamento na hora da morte, um juízo final onde sejam julgados

os vivos e os mortos, tudo conforme a vontade divina no céu. (SOARES, 2008, p. 59).

Uma analítica do poder não pode ser localizada em um ponto da estrutura social, nem no Estado, nem em outro lugar, pois o poder não é privilégio de uma pessoa, ou de um grupo, ou mesmo de uma classe social. Esta analítica foucaultiana não tem a intenção de negar a existência de classes sociais, tampouco de uma classe dominante, e essa análise não se restringe à compreensão da exploração econômica. A questão que esta análise quer entender é como uma classe torna-se dominante fazendo-se aceitar pelos dominados.

Consoante Foucault (1995), tornar-se dominante e permanecer dominante são efeitos de um certo número de táticas eficazes e sistemáticas, fruto de uma grande estratégia que assegura essa dominação. Não é uma dominação global de um sobre os outros ou de um pelos outros, e sim múltiplas formas de dominação que se podem exercer por uma sociedade.

Desse modo, esta genealogia não se interessa pelo global e final do poder, mas pelo funcionamento do seu cotidiano, seus efeitos concretos, por exemplo, as formas múltiplas e difusas pelas quais os dispositivos de poder são exercidos sobre os corpos, sobre os comportamentos, sobre os sentimentos dos indivíduos, moldando-se e tornando-se transmissores de poder de uma maneira positiva ou negativa, ou seja, como uma finalidade estratégica, ou de uma mudança, ou de um reajuste, para um preenchimento estratégico do dispositivo.

Tomemos o exemplo do aprisionamento, dispositivo que fez com que em um determinado momento as medidas de detenção tivessem aparecido como o instrumento mais eficaz, mais racional que se podia aplicar ao fenômeno da criminalidade. O que isso produziu? Um efeito que não estava

de modo algum previsto de antemão, que nada tinha a ver com a astúcia estratégica produzida por uma figura meta e trans-histórica que o teria percebido e desejado. Esse efeito foi a constituição de um meio delinquente, muito diferente daquela espécie de viveiro de práticas e indivíduos ilegalistas que se poderia encontrar na sociedade setecentista. O que aconteceu? A prisão funcionou como filtro, concentração, profissionalização, isolamento de um meio delinquente. A partir de mais ou menos 1830, assiste a uma re-utilização imediata deste efeito involuntário e negativo em uma nova estratégia, que de certa forma ocupou o espaço vazio ou transformou o negativo em positivo: o meio delinquente passou a ser re-utilizado com finalidades políticas e econômicas diversas (como a extração de um lucro do prazer, com a organização da prostituição). É isso que eu chamo de preenchimento estratégico do dispositivo. (FOUCAULT, 1995, p. 245).

No interior da sociedade impera uma rede capilar de poderes que ultrapassa e complementa os poderes do próprio Estado; de maneira autônoma, essa periferia produz mudanças independentes do centro. Essas redes de poder seguramente não desapareceriam caso o centro (o Estado) fosse desarticulado.

Com base nessas informações, Foucault (1995), metodologicamente, teve a precaução de procurar dar conta desses micropoderes (moleculares) sem partir do centro para a periferia, quer dizer, do macro para o micro, numa análise descendente no sentido em que deduziria o poder, partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade e analisar como esses micropoderes têm tecnologias e histórias específicas e se relacionam com o poder central do Estado.

No caso da sexualidade, como já foi sinalizado, não aconteceu um silenciamento, e sim, segundo Foucault (2006), um incentivo, um aumento de falas sobre a sexualidade, instituindo-se, por exemplo, a obrigação do confessor católico normatizado, iniciado no Concílio de Trento, no século XVI, que tornou o sexo um pecado, cobrindo-se toda a nudez e determinando o que era lícito ou ilícito sobre o sexo.

Uma dupla função tende a fazer da carne a origem de todos os pecados e deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas [...]. (FOUCAULT, 2006, p. 25).

A igreja segue pedindo para que o homem mande examinar todas as faculdades possíveis, desde a alma, a memória e os sentidos até os sonhos.

Um discurso obediente e atento deve, portanto, seguir, segundo todos seus desvios, a linha de junção do corpo e da alma: ele revela, sobre a superfície dos pecados, a nervura interrupta da carne. Sob a capa de uma linguagem que se tem o cuidado de depurar de modo a não mencioná-lo diretamente, o sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego. (FOUCAULT, 2006, p. 25).

Nessa sociedade moderna, Foucault (2006) distinguirá a existência de alguns desses micropoderes com características normativas diferentes daquelas do modelo legislativo – coercitivo e punitivo – que imperava no sistema medieval clássico. O Estado moderno baseia-se na norma para a produção de práticas disciplinares, bem como de vigilância e controle constantes; essa norma é muito mais eficaz do que a norma legislativa dos Estados antigos, pois ela é feita para conven-

cer, e não para obrigar. Além de ser bem mais econômica, ela não quer proibir, quer convencer racionalmente. O prêmio é a garantia do sucesso a quem seguir as normas; não é uma lei exterior às suas vontades.

Por isso, o prestígio nas sociedades modernas é das ciências humanas, que são capazes de determinar as verdades sobre os homens, pois a aceitação da “normalidade” está diretamente ligada à verdade científica, por exemplo, da psiquiatria ou da pedagogia. Essas verdades transformam os indivíduos em agentes da normalidade.

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas de discursos neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar de sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores, os pais. Ou falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las em uma teia de discursos que ora se dirigem a elas, ora falam delas impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando a partir delas um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (FOUCAULT, 2006, p. 36).

Os indivíduos enclausurados têm sobre seus corpos a incidência de formas de controle, isto é, uma tecnologia que os controla (BENTHAM, 2000). Foucault (2006) observou que essa tecnologia não era exclusiva das prisões, sendo encontrada em outras instituições, como no hospital, no exército, na escola, na fábrica, etc.

Essa combinação entre verdade científica e vigilância transforma os indivíduos das sociedades modernas em agen-

tes de normalização, e esses agentes passam a exigir dos outros e de si mesmos adequação às normas, isto é, indivíduos normais são agentes do poder-saber.

A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se depuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua e grosseira. Mas isso não passou da contrapartida e, talvez, da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, simultaneamente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 36).

É dessa forma que o poder passa pelos corpos dos indivíduos para garantir o funcionamento e a normalidade. Quando a Medicina era o hospital psiquiátrico, ela iniciava o controle do louco: primeiro criava um espaço próprio; depois instituía a utilização ordenada e controlada do tempo, que deveria ser empregado, sobretudo, no trabalho, bem como na escola. Os discursos dos médicos, educadores e administradores buscam sempre adocicar e adestrar os corpos, preparando-os para a reprodução e, conseqüentemente, para a formação de uma mão de obra que possa produzir, fortalecendo, assim, o Estado.

Desde o século XIX, o trabalho não é mais somente considerado como meio terapêutico fundamental, e sim como a maneira de chegar ao progresso, uma vez que começa nessa época o “[...] surgimento das ‘populações’ como problema econômico e político: população-riqueza” (FOUCAULT, 2006, p. 31). Depois se monta um esquema de vigilância total, a “pirâmide de olhares”, formada pelos médicos, enfermeiros, ser-

ventes. Essa técnica, embora de maneiras diferentes, está presente em várias outras instituições e tem como objetivo “vigiar para tornar o homem útil e dócil”, política e economicamente falando.

Uma das características curiosas do poder entre os séculos XVIII e XIX diz respeito ao aparecimento do individualismo. O poder é produtor de individualismo: prisão – individual; loucura – individualizada; paróquia – confessionário individual, exames de consciência individual. Em suma, o poder não destrói as individualizações, mas as fabrica, ao contrário do que se pensava. Esse poder – essa vigilância – também gera uma resistência dentro do próprio ambiente de onde emana, e é isso que torna possível uma revolução que tem que começar pela base.

A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos destes termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. (FOUCAULT, 1995, p. XIX).

Mesmo nos dias de hoje, em que o tema está em todos os lugares e a todo momento nos salta aos olhos, seja na televisão, no cinema, nas mídias, etc., os professores, acossados pela moral hipócrita vigente, fazem-se de cegos levando o assunto para o interior dos lares sob a responsabilidade dos pais. Quando o assunto é sexualidade, seja ela em qualquer circunstância, os professores se apegam a alguns conceitos moralistas que foram construídos ao longo dos anos, colocan-

do-a como um monstro, algo mirabolante, segregando ainda mais a sociedade, que por muito tempo anda vagando diante das questões ligadas à sexualidade, sobre a qual sempre se criaram “tabus”, não discutindo nada em relação ao corpo e aos seus comportamentos, literalmente silenciando-o ou – o que é muito pior – levantando uma discussão repressora moralista de cunho religioso, na qual o sexo é pecado quando não usado para a reprodução, mas sim para o prazer.

Ainda que o tema sexualidade seja cada vez mais debatido fora da escola (na mídia, por exemplo), tal questão ainda é em geral discurso legitimado pelos professores. Estes frequentemente colocam a sexualidade no reino da vida privada, anunciando suas percepções e consequências sociopolíticas e culturais ao compreendê-lo como problemática individual. (LOPES, 2010, p. 125).

Lopes (2010) destaca que é preciso deixar de lado alguns conceitos que foram preestabelecidos de forma negatizada, escondendo a sexualidade e intimidando cada vez mais os sujeitos, tornando-os “alheios” à sua própria sexualidade. Por essa razão, muitas vezes trabalhar em sala de aula com temas como sexualidade provoca nos sujeitos (professor, aluno) certo receio. Sendo assim, é possível imaginar um silenciamento que resulta na não discussão dessa temática.

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (LOURO, 2000, p. 31).

Conclusão

Uma das características básicas do poder é agir sobre os corpos dos indivíduos, e não acima deles, transformando seus comportamentos, produzindo novas atitudes e controlando sua vida social. O dispositivo chamado “sexualidade” sempre quis um poder controlador com uma de suas múltiplas origens na esfera religiosa moralista, o que caiu como uma luva para o poder do capitalismo do Estado produtivista. Um dos pontos estratégicos de partida para essa trama é a escola, por ser nela que os discursos são engendrados para servir ao moralismo conservador católico ou adventista e, conseqüentemente, capitalista, como também por ser nela onde podemos desconstruí-los, ensinando aos educandos um princípio de verdade no discurso da sexualidade. Daí a importância de uma genealogia do poder que esquadrinhe as suas relações internas, para que possa servir de instrumento de luta, transformando e revolucionando a sociedade pela base, pois, segundo Foucault (1995), não adianta apenas a destruição do aparelho do Estado se o poder encontra-se entranhado em todas as partes da sociedade.

Para o capitalismo, o homem é de extrema necessidade, daí ter como uma de suas características o poder disciplinar, que controla o homem através do próprio homem, dado que o poder é um produtor de individualidade que torna o homem vigia do próprio homem (BENTHAM, 2000). Outro exemplo clássico é o surgimento do contramestre nas fábricas, tornando o “homem lobo do homem”.

A verdade, para Foucault (1995), é uma produção do poder. Ela não existe sem ele, uma vez que cada sociedade tem a sua verdade produzida de maneira científica, com fins econômicos e produtivos, que circula de várias formas no seio da

sociedade, por exemplo: dispositivo “sexualidade”, instituições de ensino, exército, meios de comunicação, etc., tendo como objetivos dominar e disciplinar, ou seja, tornar o homem dócil e produtivo, e isso constitui um problema para o intelectual, que é “[...] saber se é possível construir uma nova política da verdade”, que não consiste em mudar o que está na cabeça das pessoas, e sim em mudar “[...] o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”. De acordo com o próprio Foucault (1999, p. 26), “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”; cabe aos educadores construir uma nova política da verdade sobre a sexualidade conforme as demandas que se expressam à sua volta.

Para Nietzsche (2001), a verdade e o conhecimento são qualidades de erro que têm a seu favor o fato de não poderem ser contestadas cientificamente.

Origem do conhecimento – Durante enormes intervalos de tempo, o intelecto nada produziu senão erros: alguns deles se revelaram úteis e ajudaram a conservar a espécie: quem com eles se deparou ou recebeu de herança foi mais feliz na luta por si e por sua prole. Esses equivocados artigos de fé, que foram continuamente herdados até se tornarem patrimônio fundamental da espécie humana, são os seguintes, por exemplo: que existem coisas duráveis, que existem coisas iguais, que existem coisas, matérias, corpos, que uma coisa é aquilo que parece; que nosso querer é livre, que o que é bom para mim também é bom em si. Somente muito depois surgiram os negadores e questionadores de tais preposições – somente muito depois apareceu a verdade, como a mais fraca forma de conhecimento. Parecia que não éramos capazes de viver com ela, que nosso organismo estava ajustado para o oposto dela; todas as suas funções mais elevadas, as percepções dos sentidos e todo o tipo

de sensação trabalhavam com aqueles erros fundamentais, há muito incorporados. (NIETZSCHE, 2001, p. 137).

Com isso, é necessário procurar na sua história a essência de sua origem, de modo que possamos refutar que só é possível se verificarmos a descontinuidade histórica para vermos onde, pela primeira vez, foi aceso esse fogo de cozimento do erro e – quem sabe – apagá-lo a tempo.

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normatização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto do saber. Duas técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo de saber: as ciências humanas. (FOUCAULT, 1995, p. XX).

Fica claro, até aqui, que toda forma de adestramento de poder sobre os corpos vem de um saber que tem propósitos puramente econômicos; sendo assim, cabe a nós, educadores, quebrarmos esse ciclo de saber do que chamamos “ciências humanas”, uma vez que no Ocidente esse saber é poder sobre os corpos. Devemos buscar novos saberes que, afastados das ciências, constituam a sobrevivência do homem em harmonia com os outros e a natureza, pois nem todos os conhecimentos humanos estão dentro do que chamamos “ciências”.

Podemos com certeza recorrermos à sabedoria ancestral dos povos africanos, pois nós, brasileiros, tivemos e temos uma imensa troca cultural, tanto com a África como com os indígenas americanos, e por direito podemos nos apropriar desta

sabedoria dita não científica. Esta intensa comunicação cultural nos torna especiais, para além do que somos, uma vez que não fechamos um campo, nem totalmente do lado católico, nem totalmente do lado do culto aos orixás africanos. Encontramos nosso próprio e apropriado caminho, o candomblé, onde o corpo reina e reinam também as espiritualidades, onde sexo não é pecado e ser sensual é uma tarefa para o corpo que aprende a dançar, comer, cantar e rir dos outros e de si próprio, onde a maneira sexual de ser de cada um não determina sua função ou poder dentro de uma sociedade, onde comida é prazer, e não pecado, diminuindo com certeza as anomalias causadas pela repressão sexual e preconceitos impostos por uma religião racista e sexista que nega o corpo e sua sensualidade, mas isso é uma outra história. (SOARES, 2017, p. 51).

Quem sabe assim, retornando a conhecimentos ancestrais, libertemos nossos corpos da tutela de poder desenvolvida no Ocidente e possamos viver tranquilos com nosso corpo, no prazer consciente e responsável da nossa sexualidade, sem que essa palavra não nos lembre um dispositivo de poder.

Referências

- BENTHAM, J. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1995.
- LOPES, N. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOARES, E. L. R. *As vinte e uma faces de Exu na Filosofia afro-descendente da Educação: imagens, discursos e narrativas*. 2008. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SOARES, E. L. R. Sexualidade, sensualidade e cultura ancestral. *Odeere*, Jequié, v. 3, n. 3, p. 34-52, 2017.

SOARES, E. L. R. Um olhar de Nietzsche sobre o cristianismo. In: VASCONCELOS, J. G.; MUNIZ, C. R.; FRANCO, R. K. G. (Org.). *Nietzschianismos*. Fortaleza: UFC, 2008. p. 107-118.